
Kurt Gossweiler

**Teses sobre o papel do revisionismo moderno
na derrota do socialismo¹**

Quero tentar mais uma vez listar os elementos da minha interpretação sobre as causas da derrota (provisória!) do socialismo.

1. A consequência da análise marxista do capitalismo é a constatação da contradição antagônica entre capital e trabalho, entre classe capitalista e classe operária, é a constatação de que esta contradição é insuperável e só pode ser suprimida através da expropriação dos expropriadores, tarefa que terá de executada pelo coveiro da burguesia – a classe operária.

2. De acordo com Marx e Engels, a classe operária só se encontra em condições de cumprir esta tarefa se conservar a completa consciência da contradição inconciliável dos seus interesses de classe com os da classe capitalista.

3. Marx e Engels lutaram persistentemente toda a sua vida por esse objectivo e combateram com firmeza qualquer tentativa da falsificação ou diluição dos princípios teóricos do movimento operário revolucionário, da teoria do socialismo científico, contra a penetração da ideologia burguesa ou pequeno-burguesa no movimento operário revolucionário. Esta luta atravessa todas as suas observações sobre os problemas do movimento operário e encontra um sedimento especialmente marcante na famosa «Circular» a Bebel, Liebknecht e outros em 1879.²

4. Marx e Engels alertaram que a substituição da luta de classes – que, na melhor das hipóteses, ainda era reconhecida no discurso – pelo empenho na preparação da paz entre as classes constituía a característica fundamental da tendência representada pelos «Três de Zurique» (Karl Höchberg, Eduard Bernstein e Karl August Schramm).³ Esta tendência, revendo o

¹Publicado pela primeira vez com ligeiros cortes na revista *Weißenseer Blätter*, 4/1992, págs. 46-57.

²«Se essas pessoas de outras classes se juntam ao movimento proletário, a primeira exigência é a de que elas não tragam consigo nenhuns restos de pre-juízos burgueses, pequeno-burgueses, etc., mas se apropriem com franqueza da maneira de ver proletária. Aqueles senhores, porém, como ficou provado, estão completamente cheios de representações burguesas e pequeno-burguesas. (...) Se, porém, a direcção do Partido vier mesmo a cair mais ou menos nas mãos de semelhantes pessoas, o Partido fica simplesmente castrado e pôr-se-ia fim ao arrojo proletário (...) No que nos diz respeito, com todo o nosso passado, só nos fica um caminho aberto. (...) É impossível, portanto, acompanharmos com pessoas que querem riscar esta luta de classes do movimento.» (Citação conforme *Marx, Engels, Obras Escolhidas em Três Tomos, Edições «Avante!»*, Lisboa, 1985, págs. 102-103 - nota do editor).

³«São os representantes da pequena burguesia que se anunciam, cheios de medo de que o proletariado, compelido pela sua situação revolucionária, possa “ir demasiado longe”. Em vez de oposição política decidida – mediação geral; em vez de luta contra o governo e a burguesia – a tentativa de os ganhar e de os persuadir; em vez de resistência obstinada contra os maus tratos de cima – submissão humilhante e admissão de que se tinha merecido o castigo. Todos os conflitos historicamente necessários são interpretados deturpadamente como mal-entendidos e toda a discussão termina com o protesto: no principal, estamos afinal todos unidos. (...) É o mesmo para a luta de classes entre proletariado e burguesia. É reconhecida no papel, porque já não se pode negá-la; na prática, porém, é mascarada, apagada e amortecida. O Partido Social-Democrata não deve ser nenhum Partido operário, não deve atrair sobre si o

marxismo, estabeleceu os seus princípios teóricos no livro de Bernstein publicado em 1899, *As condições do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*.

5. Depois da morte de Marx e Engels, o revisionismo na teoria e o oportunismo reformista na prática política tornaram-se dominantes nos partidos da II Internacional, ou seja, a teoria e a prática do trabalho conjunto e da conciliação com a burguesia imperialista.

6. Como Marx e Engels previram, os partidos da II Internacional, profundamente desprovidos da coragem proletária, dividiram-se no primeiro exame sério. Com a decadência da II Internacional, no início da I Guerra mundial, o revisionismo comprovou ser a variante da ideologia burguesa mais perigosa e destruidora para o movimento operário.

7. Depois de Marx e Engels foi principalmente Lênine quem, desde o início da sua acção política, continuou, na teoria e na prática, a luta pela manutenção do movimento operário liberto de todas as variantes de ideologia burguesa, especialmente do revisionismo. Precisamente porque no Partido Social-Democrata russo, por ele dirigido, se travou essa luta de forma consequente, este foi o único partido (com excepção do Partido Radical da Bulgária⁴) que passou o exame do dia 1 de Agosto de 1914, quando todos os outros partidos da II Internacional reprovaram. E foi por isso também o único partido que conseguiu, na situação criada pela guerra imperialista, conduzir à vitória a revolução socialista em 1917 e defendê-la com êxito do ataque conjunto da contra-revolução interna e da intervenção imperialista.

Lênine combateu com ironia e raiva todos os que espalhavam a ilusão de que o imperialismo acabaria por consentir na existência do Estado socialista e desistiria de trabalhar para a sua destruição. Partindo da realidade objectiva, a política externa e comercial soviética baseou-se no princípio de conservar a completa liberdade de acção, recusando qualquer forma de dependência económica e política mediante acordos ou convenções.⁵

8. O movimento comunista surgiu necessariamente como anti-revisionista, anti-oportunista, como «partido operário» revolucionário. Quando o KPD (Partido Comunista da Alemanha) declarou o socialismo científico liberto de qualquer revisionismo como fundamento da sua arma ideológica, Rosa Luxemburgo pode declarar: «Estamos de novo com Marx!»

9. O revisionismo normalmente não é, porém, – como qualquer outra opinião deturpadora do marxismo dentro do movimento operário – uma invenção de pessoas mal-intencionadas, mas sim o reflexo intelectual correspondente à situação social de determinados estratos: por um lado, de estratos da classe operária que pensam poder resolver a sua «questão social» – para usar

ódio da burguesia ou, em geral, de quem quer que seja; deve, antes de tudo, fazer uma propaganda enérgica entre a burguesia; em vez de dar peso a objectivos que vão longe, que assustam a burguesia e que, contudo, são inalcançáveis na nossa geração, ele deve antes empregar toda a sua força e energia naquelas reformas remendonas pequeno-burguesas que conferem à velha ordem da sociedade novos apoios e que, por esse facto, poderiam talvez transformar a catástrofe final num processo gradual, parcelar e o mais possível pacífico de dissolução. (Idem, *ibidem*, págs. 100-101 – *nota do editor*).

⁴O Partido Radical da Bulgária (fundado em 1905 na sequência de uma cisão no Partido Democrático) defendeu inicialmente a neutralidade do país, mas em breve viria a apoiar a sua entrada na guerra imperialista ao lado da Alemanha (*nota do editor*).

⁵Um dos elementos mais importantes para assegurar esta independência foi o monopólio do Estado sobre o comércio externo. Quando Bukhárine exigiu a sua abolição, Lênine opôs-se severamente: «Na prática Bukhárine coloca-se na defesa do especulador, do pequeno-burguês e das elites do campesinato contra o proletariado industrial, que não está absolutamente em condições de reconstituir a sua indústria e transformar a Rússia num país industrializado sem a protecção, não através de uma qualquer forma de política alfandegária, mas exclusivamente através do monopólio do comércio externo.» (Traduzido do russo pelo editor, de «Sobre o monopólio do comércio externo, ao camarada Stáline para o Plenário do CC», in *V.I. Lênine, Obras Completas*, 5.^a edição, *Izdatelstvo Politicheskoi Literaturi*, Moscovo, 1970, Tomo 45, pág. 336 – *nota do editor*.)

terminologia actual – através de um capitalismo da «economia social de mercado» e que, por isso, não querem derrotar o capitalismo, mas sim reformá-lo; por outro, é o reflexo intelectual dos trabalhadores e intelectuais que aderiram ao movimento revolucionário dos trabalhadores, mas que, em situações extremas de confrontação de classe, de manifestações brutais da luta de classes ou perante dificuldades aparentemente insuperáveis, procuram evitar os necessários conflitos, pactuando com o adversário do outro lado da barricada (o que em regra tem de ser pago com a derrota que, na maioria das vezes, são mais ricas em vítimas do que as lutas evitadas).

O revisionismo encontra portanto o seu terreno fértil não só no movimento dos trabalhadores social-democrata «burguês», mas também no movimento dos trabalhadores comunistas, incluindo os partidos comunistas no governo. Por isso também é preciso conduzir uma luta permanente no movimento comunista não só contra o radicalismo esquerdista, mas também e principalmente contra o revisionismo (que nos anos 50 e 60, por razões de diferenciação com o revisionismo social-democrata «clássico», foi designado de «revisionismo moderno».

10. Se a União Soviética durante os primeiros dez anos, os anos da sua maior fraqueza, sobreviveu e pôde tornar-se na força decisiva na luta contra a ameaça fascista da humanidade, isso deveu-se fundamentalmente ao facto de a direcção do PCUS ter refutado ideologicamente e combatido politicamente todos os ataques à linha leninista proletária da construção socialista, fossem de esquerda ou de direita. A direcção, velocidade e método da construção socialista nos anos 30 resultaram da análise feita em Fevereiro de 1931: «Estamos 50 a 100 anos atrasados em relação aos países mais avançados. Temos de percorrer esta distância em dez anos. Ou conseguimos fazê-lo ou seremos esmagados».⁶

O facto de, após a ascensão do fascismo ao poder na Alemanha, que aumentou fortemente a ameaça mortal sobre o socialismo, a necessária luta pela sua defesa ter sido marcada por excessos de horror magoa mais todos os verdadeiros comunistas do que aqueles que fazem disto a única medida de avaliação do papel histórico da União Soviética e da sua direcção; no entanto, não deveria surpreender os que estão habituados a procurar a explicação dos acontecimentos históricos não na actuação de personalidades, em primeiro lugar, mas sim nas condições objectivas existentes.

11. O desfecho da II Guerra mundial não só alargou muitíssimo as possibilidades de outros êxitos do processo revolucionário mundial, mas também criou condições que se revelaram inesperadamente portas de entrada para a penetração da ideologia burguesa – principalmente sob a forma do «revisionismo moderno» – no movimento comunista e, mais precisamente, no seu partido dirigente.

A coligação anti-Hitler alimentou ilusões sobre o imperialismo em alguns sectores do movimento: o «mau» imperialismo era o alemão, o italiano e o japonês, em contrapartida os aliados imperialistas representavam um imperialismo «bom», que já não representava nenhum perigo para o socialismo.

Mais: se internacionalmente tinha sido possível uma coligação entre o socialismo e o imperialismo por que não seria possível isso à escala nacional? Por que não construir então uma frente popular antifascista e democrática alargada, na qual o Partido se podia dissolver? (Como o sucedeu com o «browderismo» nos EUA e igualmente noutros países.)

No próprio povo soviético, depois de decénios de esforços e dos colossais sacrifícios na Guerra, após o seu fim vitorioso, dominava um compreensível desejo de finalmente colher os frutos de todas as lutas e da vitória, de pôr fim às carências e alcançar um nível de vida mais alto, equiparado ao dos que tinham assaltado e destruído o seu país. Este desejo completamente natural criou um ambiente favorável para aquelas forças na direcção soviética que queriam mudar o leme na direcção do enfraquecimento e suspensão da luta contra o imperialismo,

⁶Citação traduzida do russo pelo editor de «Acerca das tarefas dos dirigentes económicos: discurso na I Conferência de Toda a União dos Trabalhadores da Indústria Socialista, 14 de Fevereiro de 1931», in *I.V. Stáline, Obras*, Tomo 13, *Gossudarstvenoi Izdatelstvo Politicheskoi Literaturi*, Moscovo, 1951, pág. 38 (nota do editor).

principalmente o americano, o que, efectivamente, veio a acontecer depois da morte de Stáline com a solução da política de desanuviamento.

12. O «revisonismo moderno, que se enraizou depois da II Guerra Mundial em todo o movimento comunista, encontrou na Jugoslávia de Tito uma base estatal. Na tradição de Marx, Engels e Lénine, a penetração da ideologia burguesa no movimento comunista, da colaboração de classes como provinha da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, tinha de ser combatida.

O aviso contra o revisionismo do Estado Jugoslavo, contido na Resolução do Bureau de Informação Comunista⁷ de 1948, representou, por isso, uma vacina necessária e útil para o conjunto do movimento comunista contra o mais perigoso vírus da degeneração ideológica e da teoria proletárias. O abandono do terreno do debate objectivo na segunda Resolução de 1949 prejudicou, sem dúvida, fortemente a luta justa contra o revisionismo de Tito e contribuiu mais tarde, de forma considerável, para a sua injusta absolvição total por Khruchov.

13. Com a declaração de Khruchov de 1955 e o posterior panegírico a Tito no XX Congresso do PCUS em 1956, a necessária vacina tornou-se ineficaz. É certo que o próprio Khruchov desmentiu, em 1958, a total reabilitação de Tito e confirmou como correcta a resolução do Bureau de Informação de 1948, mas fê-lo de tal forma que este desmentido, mesmo na opinião pública comunista, permaneceu praticamente desconhecido e por isso sem efeito. O organismo do movimento comunista mundial, especialmente o do PCUS, mostrava cada vez mais sinais de imunodeficiência...

14. O avanço da propagação do vírus revisionista pode constatar-se de forma extremamente precisa através de uma análise das mudanças de conteúdo das declarações das reuniões internacionais dos Partidos Comunistas e dos Trabalhadores de Novembro de 1957 (Moscou), Novembro de 1960 (Moscou), Junho de 1969 (Moscou) e Junho de 1976 (Berlim).

Em 1957 e 1960, na análise do papel da Jugoslávia nos acontecimentos do Outono de 1956 na Hungria e do carácter revisionista do programa da LCJ⁸, aprovado em 1958 em Lubliana, as forças não infectadas são ainda em número suficiente para conseguir uma condenação comum do revisionismo moderno como o perigo principal para o movimento comunista.

Pelo contrário, em 1969, a parte da declaração que tratava do movimento comunista caracterizava-se pela imprecisão, indefinição e lugares comuns. As posições dos diferentes partidos eram já tão díspares, e até antagónicas, que tornavam inviável um documento comum sobre a situação e tarefas dos comunistas.

Finalmente, em 1976, em Berlim – pela primeira vez com a participação de Tito – a aparência de unidade foi mantida com dificuldade em relação ao acordo alcançado sobre o documento de Helsínquia e o processo da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa. A Conferência de 1976 mostrou assim a todos que o conceito de «movimento comunista» já não correspondia nessa altura a nenhuma realidade.

15. Em 1945, depois da vitória sobre os agressores fascistas, o movimento comunista, que atingiu nessa época o seu apogeu, tinha pela frente a tarefa de analisar a nova situação e as suas tendências de desenvolvimento num mundo em rápida transformação e, partindo do sólido fundamento dos êxitos da construção socialista dos anos 30 e da vitória sobre o fascismo, criar, com base no novo contexto, as condições para a gradual alteração da relação de forças internacional a favor do socialismo.

⁷Também designado por *Kominform* (nota do editor).

⁸Programa da Liga dos Comunistas da Jugoslávia (LCJ), aprovado no VII Congresso, em Lubliana, 22-26 de Abril de 1958. Comentários sobre este programa no *Einheit*, órgão teórico do SED, [*Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* - Partido Socialista Unificado da Alemanha], suplemento ao Caderno 4/58.

Esta tarefa colocava-se em primeiro lugar à força dirigente do movimento comunista, o PCU(b)⁹. O XX Congresso, em Fevereiro de 1956, o primeiro depois da morte de Stáline, chamou a si esta tarefa.

Sobre os méritos do XX Congresso escreveram-se nestes 36 anos trabalhos que enchem bibliotecas. Contudo, não conheço nenhum estudo marxista que apresente uma avaliação completa, rigorosa, desta que foi a mais profunda cisão na história do movimento comunista, uma cisão que Hanfried Müller¹⁰, de forma muito dura, mas não sem justificação, caracterizou de «mudança contra-revolucionária».

A justeza de um tão duro juízo torna-se clara quando se analisam algumas das linhas de desenvolvimento surgidas neste Congresso, que se referem nos três pontos seguintes.

16. A justificação e intensificação do revisionismo, isto é, da ideologia da conciliação de classes nos partidos comunistas.

Na sequência da apresentação de Tito como uma vítima do stalinismo, os partidos irmãos viram-se pressionados a reabilitar também eles todas as correntes, facções e personalidades que haviam sido condenadas ou censuradas por perfilharem a orientação titista da LCJ. Onde se resistiu a esta pressão – como no caso do PC albanês – foi provocada a ruptura.

Assim se chegou à grave situação criada por Khruchov das perseguições de comunistas jugoslavos «fiéis ao Kominform» por parte das autoridades sob ordens de Tito. A «não ingerência» de Khruchov em assuntos internos traduziu-se em brutais pressões sobre a Albânia, tentando impor a reabilitação de albaneses condenados por actividades ilegais favoráveis à Jugoslávia. Logo em 1956, na sequência dos abalos provocados pelo XX Congresso nos partidos comunistas, Khruchov tinha ajudado pessoas como Gomulka e Imre Nagy, na Polónia e Hungria, a chegar a posições de direcção, apesar de conhecer bem a proximidade destas figuras com Tito.

17. A transformação revisionista do conteúdo do conceito de «coexistência pacífica».

A partir do XX Congresso o conceito de «coexistência pacífica», até aí raramente utilizado, foi promovido a conceito central no vocabulário da política comunista, ofuscando o conceito antes usado de «competição pacífica» que era interpretado, de acordo com o sentido leninista, como uma *forma da luta de classes* entre o capitalismo e o socialismo, entendimento que era adequado à perspectiva dos trabalhadores e do socialismo.

O conceito não significava, por conseguinte, que se devia desistir da luta pela completa libertação da humanidade do domínio do imperialismo e substituí-la por um arranjo pacífico duradouro, «lado a lado», entre o imperialismo e do socialismo por tempo indefinido. Uma tal ideia teria parecido absurda a qualquer comunista ainda em 1956, já que nessa época as ilusões sobre a possibilidade de o imperialismo admitir uma coexistência duradoura com o socialismo eram ainda raridades no movimento comunista.

Era evidente que a política da coexistência pacífica – enquanto uma forma do conflito entre os dois sistemas antagónicos – só podia aplicar-se ao imperialismo, aos Estados com sociedades capitalistas. Em relação aos Estados da ordem social socialista ou aos jovens Estados nacionais anti-imperialistas não devia falar-se de «coexistência pacífica», mas sim tinha de estreita cooperação solidária.

Este foi um princípio incontestado durante anos no movimento comunista. Mas a realidade alterou-se com os chamados «Não-Alinhados». A Jugoslávia opôs-se à posição defendida por Fidel Castro de que os Estados socialistas eram aliados naturais dos Não-Alinhados na sua luta contra a tutela imperialista. Tito defendeu decididamente a posição de que os Não-Alinhados deveriam manter «a mesma distância» em relação a ambos os «blocos»; de que os princípios da

⁹Partido Comunista de Toda a União (bolchevique), designação que os comunistas soviéticos mantiveram até ao seu XIX Congresso em 1952, sendo então adoptado o nome de PCUS, Partido Comunista da União Soviética (nota do editor).

¹⁰Jornal *Neues Deutschland*, de 26/27.09.1992.

«coexistência pacífica» eram universais e para aplicar a todos os Estados. Em 1963 a direcção de Khruchov adoptou esta posição e transformou a coexistência pacífica na «linha geral da política externa da União Soviética».¹¹

Sobre isto houve uma controvérsia entre o PCUS e o PCC, cuja leitura é hoje de novo muito interessante. A direcção dos comunistas chineses criticou severamente a adopção da coexistência pacífica como linha geral da política externa socialista.¹² Como demonstrou o desenvolvimento posterior, a nova classificação soviética e a promoção da política da coexistência pacífica foram um primeiro passo para o esvaziamento do conteúdo leninista desta política enquanto forma da luta de classes.

Um outro passo na mesma direcção tornou-se perceptível no «Apelo de Budapeste» dos Estados do Pacto de Varsóvia, em 17 de Março de 1969. Neste apelo propunha-se novamente a convocação de uma Conferência de Segurança Europeia como já acontecera várias vezes desde 1965. Porém, neste texto surgiram novos pensamentos e visões de futuro, ou antes, formulados de uma forma especialmente significativa, que se assentavam na ideia da suspensão da luta entre os dois sistemas, na possibilidade da existência amigável e duradoura, lado a lado, dos Estados capitalistas e socialistas, como uma pacífica família europeia de Estados – ou seja, surgia aqui a «visão» ilusória da «casa comum», essa lembrança fatal.¹³

¹¹«Carta Aberta do CC do PCUS», *Neues Deutschland*, de 15.07.1963, p. 4, Sp. 2: «O Partido Comunista da União Soviética proclamou o princípio leninista da coexistência pacífica como linha geral da política externa soviética e segue-a rigorosamente.»

¹²«A implementação da política da coexistência pacífica pelos Estados socialistas é favorável ao alcance de um ambiente internacional pacífico para a construção do socialismo, favorável ao desmascaramento da política bélica e de agressão do imperialismo e é favorável ao isolamento das forças agressivas e bélicas do imperialismo. Mas se limitarmos a linha geral da política externa socialista à coexistência pacífica, não se poderá tratar correctamente as relações entre os Estados socialistas e não se pode tratar correctamente as relações entre os Estados socialistas e os povos e nações oprimidos. Por isso é errado tornar a coexistência pacífica a linha geral da política externa socialista. Na nossa opinião, a linha geral da política externa dos Estados socialistas deve incluir os seguintes aspectos: de acordo com os princípios do internacionalismo proletário, desenvolver as relações amigáveis da ajuda mútua e cooperação entre cada um dos países do campo socialista; na base dos cinco princípios da coexistência pacífica, defender a existência de Estados com diferentes ordens sociais e combater a política de agressão e de guerra do imperialismo; apoiar as lutas revolucionárias de todos os povos e nações oprimidos. Estes três aspectos estão ligados uns aos outros, são inseparáveis e nenhum deve faltar.» (In: *Neues Deutschland*, 15.07.1963, págs. 8/9 e 1Sp.)

¹³Diz-se neste apelo por exemplo o seguinte: «Uma conferência conjunta europeia (...) proporcionaria a possibilidade de encontrar meios e caminhos comuns conducentes à eliminação da divisão da Europa em grupos militares e à concretização da cooperação pacífica entre os Estados e os povos europeus. (...) O desenvolvimento da cooperação europeia [é] a única alternativa real à perigosa confrontação militar, à corrida aos armamentos (...) Um sistema duradouro de segurança europeia possibilita, através de esforços conjuntos, a realização de grandes projectos na área da energia, dos transportes, do espaço aéreo e do sistema de saúde, que se encontram em íntima relação com o bem-estar da população de todo o continente. É precisamente esta causa comum que pode e tem de se tornar no fundamento da segurança europeia.» (*Neues Deutschland*, 18.03.1969).

A falta de seriedade desta argumentação resulta desde logo do facto de os apelantes de Budapeste, todos unidos no CAME (Conselho de Ajuda Mútua Económica), disporem cada vez menos de condições para realizar ou mesmo iniciar tais projectos na parte socialista da Europa. Quando li este apelo há 30 anos escrevi cheio de ira a um amigo: «O apelo regurgita de formulações que qualquer reformista e revisionista podia subscrever sem hesitação e deixa de lado qualquer análise da situação de classe (...) Diz-se que uma tal conferência corresponde aos interesses dos Estados europeus (sublinho Estados, não é dito Povos). Projectam-se cenários colossais com todos os lindos projectos que podem ser realizados em harmonioso trabalho conjunto de todos os Estados europeus, como se isso dependesse só de um pouco de boa vontade de todos as partes. Resumindo, não é nenhum apelo à única força que só está interessada na paz e que, por

Os Estados socialistas, com as suas ideias sobre o conteúdo da política de coexistência pacífica, já estavam tão longe de Lénine que também puderam assinar o documento de Helsínquia¹⁴ e com isso convencer-se de que tinham assegurado definitivamente a existência do socialismo na Europa. A assinatura da Acta Final da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) pelos representantes dos países socialistas demonstra que o revisionismo já dominava nas questões decisivas da sua política externa.

Com a definição das fronteiras, acreditavam que tinham afastado o maior perigo para os seus países, aparentemente terem sem nenhuma ideia sobre a armadilha mortal em que se podia transformar a sua assinatura do ODIHR III (*Office for Democratic Institutions and Human Rights* da OSCE). Ao assinarem compromissos que claramente sabiam que não iam poder cumprir, provaram que o perigo de perderem credibilidade junto da própria população era considerado menos importante do que a «conquista» do reconhecimento externo como parceiros legítimos das potências imperialistas.

Na verdade, os Estados socialistas cederam um pouco da sua soberania ao permitirem que em Helsínquia lhes fosse ditado uma parte da configuração da sua situação interna, tornando-se assim alvo de denúncias públicas em todo o mundo, incluindo da sua própria população, pelo não cumprimento daqueles princípios.

A assinatura do Tratado de Helsínquia pelos Estados socialistas representou, na verdade, a assinatura da sua própria certidão de óbito. Cheios de razão, alguns vencedores imperialistas declaram na última reunião da OSCE, em Helsínquia, que, com o desaparecimento do socialismo na Europa, tinham atingido exactamente o objectivo que haviam definido com a assinatura do Tratado da CSCE.

O apogeu da transformação da política da coexistência pacífica, da resolução o mais pacífica possível da luta de classes com o imperialismo, numa política de conciliação com o imperialismo foi atingido quando Gorbachov e Chevarnádze procuraram explicar-nos o «Novo Pensamento», fazendo crer que os interesses de classe deviam ser subordinados aos interesses humanos gerais e nos prometeram até, para breve, tornarmo-nos todos felizes habitantes da casa conjunta europeia. Não é por acaso que o apogeu e ponto final da revogação do conceito de coexistência pacífica no espírito leninista coincidiram com o fim do socialismo na Europa.

Em Setembro de 1988, Chevarnádze declarou na ONU: «Consideramos a coexistência pacífica o princípio universal da relação entre Estados e não como uma forma específica da luta de classes.»¹⁵ Com tal gente na direcção, a União Soviética nessa época já só era um «Estado Socialista *i.l.*» (*in liquidação*). Em apenas seis anos de permanência no poder o Estado da URSS deixou de existir. Os resultados da coexistência pacífica *à la* Chevarnádze podem ser observados na sua terra natal, a Geórgia, e nos Balcãs.

A transformação da coexistência pacífica, entendida como uma forma da luta de classes *contra* o imperialismo, numa política de conciliação *com ele* resultou de um processo insidioso desenvolvido ao longo de décadas, com vários degraus, por pequenos passos, de tal modo que o afastamento do ponto de partida e a constante aproximação ao pólo contrário decorreu sem que muitos o notassem.

Ao mesmo tempo este processo tem um carácter exemplar. De modo igualmente imperceptível, o marxismo foi sendo substituído em todas as áreas pelo revisionismo, de forma

isso, é capaz de a conquistar, os Povos, mas sim aos governos imperialistas, cujo objectivo imutável, como bem sabemos, é reconquistar o poder perdido (...) Estou insatisfeito com este documento porque, em vez de mobilizar, gera esperanças ilusórias de que os governos podem encontrar caminhos para a segurança europeia através de negociações. Pelo contrário é necessário denunciar às massas, revelando o nome e n.º de porta, os inimigos da segurança e apelar à luta contra eles. Não é isto não que faz este Apelo. Por isso não é um bom documento. Respira demasiado o espírito-de-Khruchov.»

¹⁴A Declaração de Helsínquia precedeu a Acta Final de Helsínquia, assinada em 1 de Agosto de 1975, em Estocolmo, por 35 países (Estados Unidos, Canadá e todos os países europeus com excepção da Albânia) que criou a Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) – *nota do editor*.

¹⁵*Neues Deutschland*, de 28.09.1988.

consciente e desejada em alguns países socialistas – Polónia e Hungria –, noutros com resistências, embora a esteira do poder nunca tivesse resistido eficazmente.

18. A falsificação do conceito de socialismo e a ruína do socialismo.

Até ao XX Congresso era incontroverso no movimento comunista que a condição política para a construção do socialismo e para existência de um Estado socialista é a dominância da classe operária, conduzida por um partido marxista. Era igualmente incontroverso que a observância em cada país das regras e leis universalmente válidas na construção do socialismo, tendo em conta necessariamente as particularidades nacionais, é a única forma de assegurar o êxito.

A validade destas duas teses fundamentais do marxismo-leninismo começou a ser posta em causa um pouco antes do XX Congresso, mas foi sobretudo no seu contexto e nos anos posteriores que, de modo declarado ou simplesmente por omissão, foram dadas como obsoletas. Podemos ilustrar isto com alguns exemplos.

Como acima referido, Khruchov, vencendo notória resistência, impôs em 1955 que a Jugoslávia de Tito fosse aceite pelos Estados socialistas como sua igual, como um Estado *socialista*. Khruchov manteve esta posição mesmo depois de ele próprio ter caracterizado esta mesma Jugoslávia como «cavalo de Tróia» e «espião do imperialismo».

Qual é então a conclusão a que se chega? Que espiões do imperialismo também podem ser construtores do socialismo! Foram cambalhotas intelectuais deste calibre que Khruchov exigiu a um movimento cujos pais espirituais eram Marx, Engels e Lénine! O inacreditável é que se saiu bem!

O segundo exemplo ocorreu em 1955 durante a viagem de Khruchov à Índia. Nessa época, a burguesia indiana, representada no governo pela maior força política do país, o Partido do Congresso dirigido por Pandit Nehru, temia o advento de grandes transformações revolucionárias inspiradas na reforma agrária em curso no país vizinho, a República Popular da China. Para combater esse perigo e travar o rápido crescimento da influência do Partido Comunista, Nehru anunciou que iria conduzir o país no caminho de um socialismo indiano.

Este contexto é indispensável para se poder avaliar correctamente a viagem de Khruchov à Índia e respectivas consequências políticas.

Num dos seus inúmeros discursos, Khruchov – sem nenhuma razão urgente – tomou posição sobre a proclamação de socialismo de Nehru: «O Primeiro-Ministro da Índia, Sr. Nehru, declarou que também a Índia seguirá o caminho do socialismo. Isso é bom. Naturalmente compreendemos a questão do socialismo de forma diferente. Mas saudamos essa declaração e essa direcção.»

Nehru pôde assim utilizar em seu favor esta declaração no debate com o PC da Índia, apresentando-a como o apoio expresso à sua política por parte do secretário-geral do principal Partido Comunista.

E de facto a declaração dava suficiente margem de interpretação para se poder afirmar que Khruchov não só não contradissera como até concordava com a tese de que também um Partido da burguesia, como o Partido do Congresso, podia construir o socialismo.

O certo é que a viagem à Índia de Khruchov contribuiu consideravelmente para aumentar a autoridade de Nehru e tornar a vida mais difícil aos seus adversários políticos – em primeiro lugar ao PC da Índia. Esta viagem também deve ter contribuído para que, pouco depois, surgissem duas facções no PC da Índia, uma que se orientou pela República Popular da China e outra que manteve a orientação da URSS. (Em 1966 as duas facções separaram-se também ao nível da organização, dando origem a dois partidos comunistas).

O terceiro exemplo é fornecido por Gomulka na Polónia. Vladislav Gomulka foi afastado do posto de secretário-geral em 1948 por desvios de direita e nacionalistas. Em Outubro de 1956, no Plenário do CC do POUP¹⁶, com a bênção de Khruchov, conseguiu ser de novo eleito para a liderança do partido, proferindo nessa ocasião um discurso programático em que atacou todos os princípios até aí considerados incontestáveis.

¹⁶Partido Operário Unificado da Polónia (*nota do editor*)

Criticou o caminho seguido para a construção de uma agricultura socialista na Polónia, exigindo a suspensão imediata de todos os apoios estatais e da política de favorecimento das cooperativas agrícolas. Como via para o desenvolvimento da agricultura cooperativa propôs: «Por que não permitir que o movimento católico progressista concorra connosco na concretização de formas de cooperativas agrícolas? É uma má ideia afirmar que só comunistas e socialistas, só pessoas com concepções materialistas, podem construir o Socialismo.»¹⁷

A afirmação era naturalmente demagógica, já que a questão de princípio não é a *participação* na construção socialista, mas sim quem deve dirigir esta construção para que tenha êxito. E exactamente nesta questão encontramos, como em Khruchov, a mesma posição de fundo: a construção do socialismo não depende apenas da classe operária e da direcção do partido do socialismo científico, mas pode realizar-se na livre concorrência de diferentes forças, incluindo de representantes da burguesia.

Todavia a prática nunca deixou de ser a prova da teoria. E ela diz-nos que no caso da Polónia, sob direcção de Gomulka, num curtíssimo espaço de tempo, 80 por cento das cerca de dez mil cooperativas agrícolas arruinaram-se, ou melhor, foram arruinadas.

Um tal entendimento do socialismo rompe com o princípio marxista-leninista de que a construção do socialismo só pode ter êxito se forem observadas as leis universalmente válidas desta construção.

O resultado da deformação revisionista da teoria do socialismo é a sua liquidação. Também aqui se podem constatar diferentes degraus. Na União Soviética verificaram-se, grosso modo, as seguintes fases da ruína do socialismo:

1. Substituição do planeamento económico sério por promessas irreais de comunismo sob Khruchov.

2. Aumento rápido do diferencial de produtividade a favor dos países capitalistas desenvolvidos em resultado do «adormecimento» da revolução técnico-científica sob Bréjnev. Aumento da aceitação entre os economistas de soluções que apostavam numa combinação entre economia planificada e regulação da produção através do mercado.

3. Desmantelamento da base da economia socialista sob Gorbatchov. A coberto da introdução da «economia socialista de mercado» e da «concorrência entre diferentes formas de propriedade», promove-se a desorganização da economia soviética, fundam-se «cooperativas» com apoios estatais e métodos mafiosos que saqueiam o povo, arruinam-se os *kolkhozes* obrigando-os a ceder terras para a exploração de empresas familiares.

4. Sobre as ruínas de um tal socialismo «reformado», Gorbatchov declara: «Todavia o socialismo permanecerá – enquanto visão! A visão socialista é imprescindível!»

Comentário final: Como é hoje actual o «Manifesto Comunista», em especial o seu capítulo III, que trata das diferentes variantes do «socialismo».

19. As mudanças a Leste, o XX Congresso e a passagem para mãos revisionistas das direcções do Partido na Polónia e na Hungria, suscitaram no Ocidente reacções significativas e elucidativas. No lugar da política da confrontação surgiu a política da «mudança através da aproximação» orientada para o apoio do processo de dissolução. Exactamente nesta altura foi posta a circular a teoria da «convergência dos sistemas», que encontrou eco positivo em determinados círculos de partidos comunistas e dos países socialistas.

Para observadores atentos foi-se tornando cada vez mais evidente que entre os políticos imperialistas mais brandos (os chamados «pombas») e as forças revisionistas nos países socialistas se desenvolvia um entendimento e cooperação cada vez maiores contra os «ortodoxos» nos países socialistas – normalmente denunciados como «elementos stalinistas». Isto tornou-se especialmente evidente nas diferentes cimeiras de Khruchov com presidentes dos EUA e nas surpreendentemente frequentes entrevistas de proeminentes jornalistas americanos com Khruchov. (Estas entrevistas são, quer no que diz respeito às perguntas, quer também às

¹⁷Arquivo do Presente, 27.10.1956, p. 6045 e seg.

respostas de Khruchov, escandalosamente elucidativas, mas aguardam ainda uma análise e avaliação rigorosas.)

20. À luz de tudo isto é impossível ver nos acontecimentos de 1956, na Polónia e na Hungria, de 1968, na Checoslováquia, e de 1980, novamente na Polónia, tentativas para «reformular o socialismo». Tratou-se, isso sim, de investidas que já nessa altura almejavam o resultado conseguido em 1989 e anos seguintes. Por isso não é de condenar que a União Soviética e os seus aliados tenham impedido o êxito destas investidas através da intervenção militar. De condenar é que se tenham limitado às acções militares, abstendo-se de denunciar, através de uma grande campanha, as razões secretas e os seus responsáveis, permitindo o completo esclarecimento sobre aqueles acontecimentos. Como isto não foi feito, ganhou credibilidade a versão adversária de que estas acções não tiveram como objectivo a defesa do socialismo face a uma ofensiva contra-revolucionária, mas apenas a manutenção das posições do poder soviético.

21. A deposição de Khruchov, em Outubro de 1964, podia ter-se tornado o momento da mudança para o restabelecimento, se a natureza e o verdadeiro conteúdo da luta interna no Partido que conduziu à sua deposição tivessem sido transmitidos a todo o Partido e à opinião pública.¹⁸ O facto de isto não ter sido feito por receio de possíveis perturbações no movimento comunista, para prevenir possíveis reacções belicistas do imperialismo dos EUA ou mesmo na

¹⁸Isto não terá sido feito por razões que se me impuseram nessa altura como possíveis e convincentes. Uma dessas razões deve ter sido certamente a preocupação com os partidos comunistas no estrangeiro. O ajuste de contas com Stáline no XX Congresso não tinha já lançado os partidos comunistas de todo o mundo numa profunda crise, colocando muitos deles à beira do colapso e provocando graves cisões noutros? Não provocaria este novo ajuste de contas, desta vez com Khruchov, uma nova crise ainda mais profunda no movimento comunista, e isto numa altura em que mais do que nunca eram necessários partidos comunistas capazes de agir?

E segundo: vivíamos numa época de armas atómicas. Se os imperialistas haviam recuado na sua política de confrontação, demonstrando disponibilidade para o desanuviamento na esperança de um amolecimento da política de Khruchov – como reagiriam quando se apercebessem de que a mudança de direcção em Moscovo significava o enterro dessa esperança? Não seria imperioso manter essa esperança para excluir uma imprevisível reacção de pânico de Washington? Mas como é que isso podia ser assegurado?

Para consegui-lo, a mudança em Moscovo para o exterior não devia parecer o que de facto era ou o que devia ser: a exclusão das forças anti-stalinistas da direcção do Partido, mas simplesmente a substituição de uma pessoa, que se tornara insustentável principalmente devido a características pessoais, mantendo-se o rumo seguido até aí, principalmente na política externa. Para se obter este efeito, primeiro, não se podia fazer uma condenação de princípio da política de Khruchov e, segundo, o seu sucessor não podia ser um «ortodoxo», mas sim um homem, cuja nomeação em Washington fosse compreendida como um sinal credível de que Moscovo tencionava continuar a política externa de Khruchov, sem Khruchov.

Um homem preenchia de forma ideal estas condições: o cinzento, já apontado por Khruchov como seu sucessor, Leonid Bréjnev. Com a sua eleição, os leninistas na direcção do Partido que tinham provocado a queda de Khruchov devem ter nutrido a esperança de que o mais difícil estava conseguido. Para pôr tudo de novo em ordem restava apenas fazer trabalhos de remoção, que podiam ser executados silenciosamente e sem dar nas vistas e que dificilmente seriam impedidos por Bréjnev.

Caso tenham sido feitos semelhantes raciocínios e estes tenham pesado na avaliação da situação, então foi cometido um grave erro. É que Khruchov utilizou os cerca de 12 anos à frente do Partido para colocar de alto a baixo no aparelho a sua gente ou gente que tinha «interiorizado» a sua versão da história do Partido, que, à sua imagem, tinha substituído a teoria pela demagogia e, principalmente, gente que tinha adoptado a sua «política de desanuviamento» de aproximação aos EUA, de que é exemplo Fálíne [Valentine Fálíne, alto funcionário dos Negócios Estrangeiros da URSS, membro da Comissão de Controlo Soviética na Alemanha a partir de 1950, embaixador na RFA entre 1971-78, eleito secretário do CC em 1988 (*nota do editor*)]. Além disso, nas gerações seguintes, nasceram milhares de Fálínes no aparelho do Partido e do Estado e continuaram a propagar-se após a deposição de Khruchov.

esperança de ser possível reparar discretamente os prejuízos causados acabou por se revelar um erro grave.

Uma estratégia de luta contra o revisionismo desenvolvida «silenciosamente», nos bastidores, só na Direcção e nunca em público perante todo o Partido e o povo, uma estratégia que se abstém de expor sem reservas as manobras dos anti-leninistas constitui uma violação de um princípio vital do marxismo-leninismo: o princípio de que a classe e o povo só conseguem fazer história no sentido do progresso quando «sabem tudo», quando não são remetidos ao papel de meros espectadores das acções dos dirigentes, mediante o silenciamento de informação sobre o surgimento de facções na direcção que os impossibilita de decidir quem deve ser apoiado e quem deve ser combatido.

Os partidos comunistas que actuam deste modo, seja quais forem as razões, já deixaram na verdade de ser partidos comunistas. Incapacitados de dirigir devido à luta interna de facções na direcção, estão condenados ao apodrecimento gradual em vida porque em vez de cortar o mal pela raiz, procuram apenas atenuar os seus sintomas.

22. A aparência da unidade para o exterior foi mantida à custa do silenciamento e ocultação das contradições existentes em vez de, como exige o marxismo-leninismo, terem sido reveladas e discutidas. Porém, só a corrente revisionista ganhou com isto. Os seus representantes, sob o chapéu da «unidade», obtiveram a possibilidade de divulgar com tanto êxito as suas interpretações do passado, do presente e do futuro por toda a parte, no Partido, na imprensa, nos *media* electrónicos e, principalmente, na área da cultura, que lograram influenciar de forma decisiva a imagem do mundo das gerações seguintes.

Essa acção foi particularmente visível na criação literária, no cinema e no teatro. Um número crescente de obras destes géneros artísticos conquistou a classificação de obras do «realismo anti-socialista». No entanto, um tal ambiente cultural não teria tido espaço se o quotidiano do socialismo não tivesse igualmente adquirido crescentemente traços que já não eram compatíveis com as ideias do socialismo. Só que as causas para estas deformações não se encontravam exactamente onde a maioria destes intelectuais as procurou e ainda procura.

23. Foram principalmente duas circunstâncias que permitiram que a linha revisionista se instalasse e dominasse crescentemente o movimento comunista, e isto mesmo naqueles partidos que se esforçaram por se manter na linha leninista e combater o revisionismo como o SED e o PCC.

Em primeiro lugar, a manutenção por parte da URSS da linha política de conciliação com a Jugoslávia revisionista, por um lado, e de confrontação hostil com a Albânia anti-revisionista e com a China de Mao-Tse-Tung, por outro. Esta linha foi imposta a todos os Estados do Pacto de Varsóvia quer concordassem ou não.

Em segundo lugar, as intervenções militares para reprimir as investidas anti-socialistas na Hungria e Checoslováquia, de que já se falou, e a ameaça de intervenção na Polónia em 1980. Estas acções e ameaças nunca foram compreendidas pela opinião pública mundial e, em especial, naturalmente, pelas populações daqueles países.

O facto de não se ter apresentado de forma convincente o carácter anti-socialista destes movimentos fez com que as intervenções militares tenham ficado na memória dos povos como actos brutais levados a cabo por uma potência mundial contra aspirações de libertação e independência de pequenas nações.

Todavia, foi completamente ocultado da opinião pública o facto de as forças contra as quais se agiu militarmente se terem mantido no poder depois da intervenção militar, com o apoio e tolerância da potência interventora – a União Soviética. No máximo realizou-se uma mudança de pessoal. Assim aconteceu na Hungria em 1956, assim foi também, num primeiro momento, na Checoslováquia em 1968. Neste último país, Ota Sik¹⁹, Smrkovsky²⁰ e outros dirigentes do

¹⁹ Ota Sik, economista reformista, começou por criticar a cópia do modelo de industrialização soviético, o excesso de planificação e a falta de qualificação dos gestores nomeados pelo Partido; defendeu a descentralização da planificação, a autonomia das unidades de produção, a aplicação da lei da oferta e da procura na fixação dos preços e a liberdade das empresas para despedir trabalhadores como factor de eficácia de gestão;

movimento contra-revolucionário da chamada «Primavera de Praga» foram expulsos da cena política, mas a figura simbólica deste «movimento de reforma», Alexander Dubcek, conseguiu manter-se como líder do Partido Comunista com a benção de Bréjnev, que tinha tão pouco a objectar contra este homem como, no seu tempo, Khruchov teve contra Gomulka e Kadar. Dubcek seria seguramente ainda líder do Partido em 1989 e teria podido conduzir a «Revolução de Veludo» em Praga, se as forças leninistas na Checoslováquia e o Partido Comunista, em Abril de 1969, depois de duras lutas internas, não o tivessem retirado da cadeira de primeiro-secretário. A intervenção militar também não se reflectiu numa mudança positiva no desenvolvimento económico nos respectivos países.

Assim, a imagem da União Soviética libertadora, aplaudida por todo o mundo em 1945, degradou-se, passando a ser vista como uma potência horrenda, opressora dos esforços de libertação e independência dos povos na sua zona de influência.

Isto fez com que alguns partidos comunistas no mundo capitalista se sentissem obrigados a distanciar-se da União Soviética e do PCUS. A desilusão com a União Soviética levou muitos à conclusão de que tinha sido um erro seguir o modelo soviético em vez de trilhar o seu próprio caminho.

24. Hoje nenhuma outra corrente política se encontra tão desorientada e sem direcção como os partidos, grupos e fracções resultantes dos partidos comunistas desmoronados.

Diz-se que se aprende com os erros. No nosso caso passa-se o inverso.

A situação é francamente paradoxal. Até aos anos 50, era uma evidência para todos os partidos comunistas que um desvio do caminho traçado pelas posições de princípio marxistas sobre o carácter insanável das contradições de classes conduziria forçosamente à ruína ou ao atoleiro oportunista. No entanto, este caminho foi abandonado e optou-se pela via, aparentemente mais fácil, do acordo pacífico com o adversário, pensando-se poder evitar a pergunta incómoda: «Quem? – Com quem?». Aconteceu o que já antes se sabia que tinha de acontecer: este caminho não evitou a pergunta maçadora, «Quem – Com quem?», e não conduziu à cooperação pacífica na casa comum. Conduziu, sim, à resolução da questão vital a favor do imperialismo, em vez do socialismo, como teria sido mais consentâneo com o desígnio da época.

Poderá pensar-se que tudo isto é hoje muito claro, mas afinal não é. Se o fosse, não seria possível que a opinião mais divulgada seja a de que não foi o desvio, ou seja, a segunda parte do caminho, que conduziu à ruína, mas sim a primeira, transcorrida sem dúvida sob inauditos esforços e com enormes, demasiados, sacrifícios, mas que, porém, correspondeu fielmente a todas as esperanças e expectativas que a humanidade atormentada pela guerra e pelo fascismo depositou na União Soviética, cujo heroísmo salvou povos e nações inteiras do extermínio. (A quem, senão à União Soviética, devemos agradecer que os judeus em todos os continentes não tenham acabado nas câmaras de gás?).

Irá demorar muito até que o nevoeiro se dissipe e que as confusões e aberrações sejam ultrapassadas.

Mas um sinal de aviso, igual a uma séria advertência, trespassa a névoa e indica uma orientação básica: um movimento socialista que abandona o terreno da luta de classes e procura a conciliação com o imperialismo engana-se a si próprio e aos seus partidários e não tem futuro.

acabou por chegar à ideia fundamental que tais reformas económicas não podiam realizar-se sem correspondentes mudanças nas estruturas políticas e administrativas do país. Após a subida de Alexander Dubcek à liderança do Partido, em Janeiro de 1968, Sik é nomeado vice-primeiro-ministro, tornando-se um dos principais agitadores da contra-revolução. *(Nota do editor)*

²⁰ Josef Smrkovsky, membro do CC e do *Presidium* do Partido, foi um dos organizadores da Revolta de Praga em 1945. A partir de meados dos anos 50 assume-se como adepto da reforma do socialismo e activo instigador da contra-revolução durante a «Primavera de Praga». Sob a liderança de Dubcek, ascende ao cargo de presidente do Parlamento e é nessa qualidade que, em Maio de 1968, apela, juntamente com Sik, aos operários para que criem sistemas de autogestão nas fábricas. *(Nota do editor)*